

REVELL, L. *Roman imperialism and local identities*. New York: Cambridge University Press, 2009. 236 pp. ISBN 978-0-521-88730-4

Alex da Silva Martire*

Espaços físicos são normativos. Sempre imbuídos de ideologia. Após a invasão de Paris em 1940, Hitler visitou os monumentos da cidade e decidiu que não deveria destruí-los, afinal, havia incumbido Albert Speer de construir a gigantesca Nova Berlim quando a guerra findasse: um Arco do Triunfo com o dobro do tamanho do original parisiense, um Palácio do Führer decorado com colunas dóricas e um imenso friso que exaltaria a cultura germânica, e um Centro Cultural – dezessete vezes maior do que a Basílica de São Pedro, em Roma – que abrigaria mais de 180 mil pessoas e teria uma colossal estátua de Hitler em sua entrada foram alguns dos itens presentes na maquete que mostrou ao seu arquiteto oficial. Dessa maneira, a população estaria, ainda mais, constantemente em contato com o discurso de poder do partido nazista, lendo os noticiários, visitando as exposições de arte (que sofreram mudanças a pedido do führer), estando presente nos desfiles militares, caminhando em avenidas repletas de símbolos, e assistindo às oratórias de seu líder. Contudo, o Nazismo não se sustentaria meramente por força militar: o povo teria de legitimá-lo. Haveria negociações entre o governo e a população, um jogo de interesses que abarcaria desde o mais rico cidadão até o pobre operário das fábricas de armamentos. A propaganda, segundo Hitler, era algo de extraordinário poder: era preciso se impor por meio das idéias, justificando o controle e, uma vez no comando, manipular a ideologia para que servisse a seus propósitos. E era imprescindível que tal ideologia fosse verossímil: o povo

de todas as regiões conquistadas da Europa necessitaria entender as mensagens do poder e reproduzi-las em seu cotidiano.

Intencionalmente ou não, a obra da arqueóloga da University of Southampton Louise Revell leva o leitor a transcender o entendimento pretendido para o Império Romano e a aplicar seus conceitos teóricos em praticamente qualquer período histórico, incluindo, obviamente, a nossa contemporaneidade. *Roman imperialism and local identities* (Cambridge University Press, 2009) trata de uma questão em voga nos estudos atrelados ao Pós-Processualismo: o discurso de identidades. Textos como os de Mattingly (1997), Whittaker (1997) e Champion (2004) atentam para a falta de trabalhos historiográficos e arqueológicos que lidem com o imperialismo romano diferentemente daqueles oriundos dos séculos XIX e início do XX, que pintavam o poderio romano como homogêneo, um monólito que esmagava quaisquer vontades dos povos conquistados. A bibliografia recente centra-se não na dicotomia, mas, sim, na dialética existente entre conquistador e conquistado. E, se o cerne de seu livro, como afirma Revell em seu prefácio, é o estudo do *ser romano*, ou seja, como a pessoa vivia e interagia cotidianamente dentro da sociedade, então é mister problematizar o termo “romano”, buscando sua fluidez dentro do contexto no qual está inserido: temos, por um lado, o romano pertencente ao passado (no qual a autora se concentra), e como ele identificava a si mesmo e aos demais; por outro, o romano construído pela interpretação daqueles que vieram depois e que, geralmente, modelam o conceito de acordo com seus objetivos (Hingley 2000).

Louise Revell, no entanto, vai além de simples apontamentos de caminhos a serem

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia. Mestrando em Arqueologia. <alex.martire@usp.br>

seguidos. A autora estabelece os centros urbanos romanos, e os edifícios públicos, como locais de excelência para a (re)construção e a difusão de discursos imperialistas, e é nesse ponto que reside o fator mais interessante da obra: Revell apresenta estudos de casos baseados em vestígios arqueológicos pertencentes às cidades das províncias Bética, Tarraconense e Britânia, a saber, Itálica, Munigua, Clunia, Bilbilis, Londres, Caerwent, Wroxeter e Bath. O balizamento se dá na primeira metade do século II d.C., quando o processo de mudança cultural se torna mais visível nessas províncias. Analisando esses territórios distantes de Roma, a autora nos mostra como o imperialismo foi algo heterogêneo e que, embora tivesse muitos tópicos em comum, a sua aplicação nas regiões conquistadas não se deu de forma tão passiva, trazendo à tona, nessas localidades, a indispensabilidade de uma palavra-chave no texto: a negociação.

Em “The context of the argument”, primeiro capítulo, Revell apresenta o arcabouço teórico que será posto em prática nos demais segmentos do livro. Começa por fazer a crítica sobre o influente trabalho de seu orientador, o arqueólogo Martin Millett (1990), argumentando que se perpetuou a ideia de um modelo de evolução social, opondo-se romanos a nativos (p. 7), e também a visão de que havia uma emulação da elite por parte daqueles que não pertenciam a ela. A arqueóloga se define dentro de uma linha conceitual por ela chamada de “pós-Romanização” (p. 8), a qual entende a identidade romana como um discurso construído tanto global como localmente, tendo as estruturas físicas urbanas como elementos essenciais para a internalização de uma ideologia do que é ser romano; em outras palavras, deve-se abordar o conjunto formado pela agência (capacidade da pessoa para agir) e a estrutura (social e física) – teoria elaborada por Anthony Giddens (1984). Para tanto, Revell analisa durante toda a sua obra outro conceito-chave: a rotina. A partir dela, podem-se inferir as características que reafirmam as estruturas da sociedade e identidades pessoais baseadas em normas sociais (p. 12). A definição de rotina trabalhada pela autora se aproxima muito do termo “habitus” cunhado por Pierre Bourdieu

na década de 1970, embora em momento algum o cite no corpo do texto ou na bibliografia. A necessidade de se atentar à rotina também já havia sido alertada pela arqueóloga Siân Jones (1997), mas não foi posta em prática efetivamente em seu livro. A rotina dentro desse cotidiano urbano pode auxiliar os arqueólogos a tentarem definir com mais precisão a ideologia e a identidade de ser romano. Em quais evidências eles devem se debruçar? A arquitetura pública e a epigrafia. Nas palavras de Revell (p. 38):

“My argument is that public buildings in the urban context formed the setting for these encounters [routinized daily activities], and that epigraphy not only provides evidence of their use, but also formed one of the resources constitutive of the structure”.

A seguir, a autora lida com o espaço urbano, tratando-o como artefato a ser estudado (“Living the urban ideal”). A cidade é focada como um discurso compartilhado, corroborando as ideias de Paul Zanker: o urbanismo modela e é modelado por seus habitantes, estando imerso em determinados valores e mensagens, que são transmitidos de geração em geração. Cabe lembrar, também, que a elite romana argumentava ser a cidade a forma preferida e correta para a habitação, fazendo com que os homens perdessem a selvageria de não se viver em comunidade. Por meio de rituais de fundação e estabelecimento de edifícios comuns a todo o Império, as cidades se tornavam objetos da ideologia do poder governamental. E dentro do cotidiano urbano atuavam as autoridades políticas, também detentoras e perpetuadoras de um determinado discurso: as eleições de magistrados eram atos públicos, com seus ritos próprios e com candidatos elegíveis bem delimitados. A política, nas cidades analisadas por Revell, reforçava a atuação do governo imperial e das elites locais: a epigrafia mostra as mudanças de status (por exemplo, Itálica passou de *municipium* para *colonia* por ordem de Adriano), e os nomes dos magistrados, além, é claro, da afixação das placas que continham as leis (essas, postas em lugares de grande visibilidade). Com diferenças entre os casos estudados, Revell oferece-nos uma visão heterogênea dos contextos urbanos:

embora com elementos em comum, cada centro adaptava-os às suas necessidades.

A iconografia do imperador é o assunto do terceiro capítulo, “The Roman emperor”. Havia ao menos três objetos nos quais figuravam a representação dos imperadores: estátuas, retratos e moedas. A aparência física dos representados era o menos importante: o reconhecimento de determinada imagem como sendo a do imperador dava-se a partir dos atributos específicos presentes, formando um “tipo” imperial, facilmente percebido por qualquer transeunte, que a todo momento se confrontava com as imagens imperiais espalhadas pela cidade. Os edifícios públicos também recebiam inscrições que honravam os imperadores; na Britânia, afirma Revell, a maioria das construções era dedicada à figura imperial. A legitimação do poder dos imperadores era intensificada com a realização de cultos a eles: o culto imperial surgiu em Roma e logo foi difundido para as províncias, onde as autoridades locais eram as responsáveis por promovê-los. As procissões que cruzavam as cidades, o sacerdócio nas mãos dos flâmines e dos colégios, e os sacrifícios realizados em templos monumentais como o Traianeum em Itálica serviam ao propósito ideológico e discursivo do poder imperial. Desse imperador, responsável por mudanças de status, benefícios e patronato, cada cidade possuía uma maneira de experimentar o seu poder: em locais onde os arqueólogos não encontraram muitas estátuas, dedicatórias ou templos, certamente pode-se esperar que o discurso imperial acontecesse por meio dos rituais de adoração dos habitantes.

Ainda no campo religioso, Revell apresenta no capítulo “Addressing the divine” como a religião fazia parte da mudança cultural nas províncias. Chama a atenção para o fato de muitos autores não trabalharem com o sincretismo, opondo as crenças romanas às nativas, ignorando, assim, a dinâmica natureza da religião (p. 113). Sendo impossível para a Arqueologia adentrar as mentes das pessoas, as evidências materiais devem ser tratadas em seus contextos específicos a fim de se ter uma ideia do que seria a crença para elas no passado. A variabilidade dentro das cidades das províncias é muito

grande, como atesta o principal templo de Bath, na Britânia: era dedicado à deusa céltica Sulis, com uma fonte anexa para o depósito de oferendas tais como moedas e tabletes de amaldiçoamento; banhos anexos ao templo sugerem que Bath era um local de rituais de cura. Munigua, por sua vez, não possui evidências que atestem sacrifícios; contudo, não devemos tomar essa falta como algo negativo, mas, sim, que os cultos religiosos eram interpretados de uma maneira diferente das demais cidades analisadas. A religião, seu culto e seu simbolismo eram partes fundamentais da legitimação imperial e, como Revell mostra, em cada localidade esses aspectos eram negociados.

Em “A question of status”, a autora discorre sobre a arquitetura pública como (re)produtora do poder imperial e articuladora de hierarquias e identidades locais. Como diz (p. 151):

“The structures of urbanism and religion, for example, which we have already seen forming part of a shared ethnic identity, also became ways in which ideas of social rank were expressed. Age and gender, for example, revolved around ideas of citizenship of the town: eligibility to participate in the running of the town, such as the annual election of the magistrates, became one way of distinguishing between men and women, and similarly of marking the transition from adolescence to adulthood. In turn, these aspects of personal identity were negotiated through the political spaces of the town, and public ceremonies of voting, for example, which were enshrined in the town charters”.

A legitimação da vida política era realizada por meio de rituais urbanos, especificamente expressados no espaço político do fórum, da basílica e na cúria. Os tribunais podiam prover ou não contato com os demais membros da sociedade. Em Caerwent, a entrada dos concelheiros se dava por uma porta lateral e sua sala era separada fisicamente do resto do edifício. Clunia, por sua vez, tinha a entrada dos magistrados apenas por uma porta, fazendo-os passar, necessariamente, por entre a população: momento apropriado para cobranças e protestos. Os teatros e anfiteatros reprodu-

ziam o status, as ordens da sociedade – assentos diferenciados deixavam bem delineadas a ideologia da comunidade e a autoridade das elites locais. O financiamento dos jogos podia ser feito por qualquer pessoa rica, mesmo que fosse um liberto: a riqueza era uma maneira importante de preencher a lacuna deixada pela falta de poder político direto devido ao seu status. As terras possuíam importância na criação e manutenção das redes sócio-políticas, além de contarem com estátuas dos imperadores e inscrições para ideologizar, legitimar e reafirmar o poder central.

O livro de Louise Revell estabelece uma interessante conceituação do que é *romanidade*: os meios pelos quais a significância desse termo foi criada no passado, e como qualquer tentativa de uniformidade dessa significância mostrasse fluida, criando uma multiplicidade de possíveis significados (p.191). Por meio da análise das evidências materiais, a arqueóloga torna patente a dialética que existia no imperialismo romano, aliando os interesses dos

conquistados com os dos conquistadores. Os espaços públicos eram compartilhadores de identidade romana tanto para as elites como para a comunidade urbana, embora também ressaltassem as desigualdades existentes no seio da sociedade. Assim, as ideologias romanas e a cultura material estão sempre em constante negociação, refletindo o caráter multifacetado do Império Romano.

Redigido de forma simples e objetiva, o livro de Revell chega em muito boa hora para contribuir com a temática da “Romanização”: tão frequentemente discutida nos trabalhos recentes. A autora não apenas teoriza, analisando o conteúdo simbólico do urbanismo, mas se preocupa em corroborar fartamente os seus argumentos com base em evidências (crítica geralmente feita ao Pós-Processualismo). A obra, podemos dizer, leva concretamente a conceituação foucaultiana de *discurso* ao campo arqueológico. E, como dito, podemos aplicar suas ideias a qualquer período histórico de imperialismo ou autoritarismo. Mérito de Revell.

Referências bibliográficas

- CHAMPION, C.B.
2004 *Roman imperialism. Readings and sources*. London: Blackwell.
- GIDDENS, A.
1984 *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity.
- HINGLEY, R.
2000 *Roman officers and English gentlemen. The imperial origins of Rome archaeology*. London: Routledge.
- JONES, S.
1997 *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London: Routledge.
- MATTINGLY, D.J. (Ed.)
1997 *Dialogues in Roman imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire*. Journal of Roman Archaeology. Supplementary Series Number 23. Portsmouth, Rhode Island.
- MILLETT, M.
1990 *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WHITTAKER, C.R.
1997 Imperialism and culture: the Roman initiative. In: Mattingly, D.J. (Ed.) *Dialogues in Roman imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire*. Journal of Roman Archaeology. Supplementary Series Number 23. Portsmouth, Rhode Island: 143-163.